

A iminência de uma grande vitória

Eleições 2010. Derrota de Serra demonstrará quebra da proposta neoliberal.



Roberto Stuckert Filho

Com a força do povo. Na reta final da campanha, comício em Porto Alegre reúne milhares.

Orçamento. Centrais sindicais querem que acordo de valorização seja cumprido.

Proposta de salário mínimo desagrada CUT

O movimento sindical manifestou descontentamento com a proposta do governo para o Orçamento 2011, que não contempla aumento real do salário mínimo, e apenas estabelece reajuste para R\$ 538,15. Em nota, CUT e demais centrais sindicais pedem abertura de negociação, e exigem que o governo cumpra o acordo de valorização do salário mínimo, firmado em 2007.

Mais de 40 milhões de brasileiros dependem diretamente do salário mínimo, cuja valorização responde por 67% da redução da desigualdade social verificada no Brasil nos últimos anos.



Dino Santos/CUT

Sindical. Salário mínimo e redução da jornada são temas fundamentais.

Página 6

Nesta edição:

- Para além da música para baixar **página 2** ■ Democracia e socialismo na formação política da DS **página 4** ■ Oposição, ainda que tardia **página 4** ■ Entrevista com João Brant **página 5**
- Leon Trotsky: presente! **página 7** ■ Entrevista com Leonardo Avritzer **página 8**

A quebra ideológica e programática da candidatura Serra chama a atenção. Seu desfibramento não pode ser avaliado apenas por erros de campanha. É mais profundo: a proposta neoliberal quebrou e não foi substituída.

A vitória de Lula em 2002 encerrou, parcialmente, essa hegemonia. Em 2006, com novo ciclo de desenvolvimento, e mesmo após o PT ter atravessado sua maior crise, Lula sagrou-se vencedor política e ideologicamente, com um projeto nacional em construção.

De lá pra cá, o desenvolvimento nacional ganhou força. A crise internacional, desencadeada pelo neoliberalismo, fez estragos pelo mundo afora, exceto em países que tinham se protegido com políticas antiliberais, como o Brasil.

Mas se um novo projeto reúne condições de hegemonia, elementos do antigo continuam presentes, cada vez mais em contradição com o novo curso. Assim, um projeto de mudança mais amplo e profundo deverá conter a reforma política democrática e a democratização de estruturas do poder de Estado.

Página 3

Para além da música para baixar

Música livre. Movimento quer democratização de acesso e produção de bens culturais.

Gustavo Aniteli

Quando se fala em música livre, o assunto mais corriqueiro é se a banda que você gosta se apresenta de graça ou libera as canções na internet. Sem dúvida, esse é um princípio geral que norteia o movimento de Música Livre, mas somente na introdução! As bases, as entre-frases e o refrão dessa trilha vão passar pela democratização da comunicação, do acesso aos bens culturais e dos meios de produção.

Assim como as demais expressões artísticas, a música está à mercê do modo capitalista de produção. Além disso, nos tempos atuais a cultura está subordinada à função de entretenimento. A teórica Hanna Arendt dizia que a cultura de massa cumpria um papel de responder a uma necessidade biológica do indivíduo, que já não mais possuía tempo livre, e sim, um leve descanso ou pausa entre um dia e outro na rotina do trabalho.

Independentemente dos porquês sociológicos que determinam a caracterização das expressões artísticas, fato é que as grandes empresas, partícipes de conglomerados internacionais, tomaram para si a tarefa de produzir, difundir e promover a música no mundo todo, em cada país. A principal cartada foi o domínio das comunicações em toda e qualquer região. Criaram mídias, compraram as existentes, e assim, somente "seus" artistas chegam à população. Foram as rádios o alvo principal das gravadoras, tocando repetidas vezes as mesmas músicas em troca de dinheiro ou presentes. A partir de então, iniciou-se a prática corriqueira chamada no Brasil de *jabá*.

Lembremos também que, até pouco tempo atrás, era muitíssimo caro produzir um álbum, já que os equipamentos necessários eram inacessíveis para os artistas em geral. Com as grandes gravadoras no domínio absoluto do processo de produção, difusão e promoção, era praticamente impossível qualquer forma de perpetuação e construção de carreira musical independente, sólida e abrangente.

Um novo momento

Mas esse contexto mudou a partir da década de 90, com o aprimoramento das novas tecnologias na área da comunicação, eletrônicos e de produção musical em geral. Os chamados "home studios" surgiram no mercado e aparelhos de captação de áudio e mixagem fica-



Vanícius Campos

Novos tempos. Música é bem material ou imaterial?

ram mais baratos. Iniciou-se uma explosão de estúdios de pequeno e médio porte, que aqueceram o mercado para gravação de álbuns oferecendo preços acessíveis para artistas e produtores em geral.

O surgimento do CD também foi um elemento reorganizador, já que essa mídia é de fácil acesso para produtores e consumidores. Qualquer um poderia ter sua própria fábrica e produzir milhares de cópias para venda. A Cia. Musical "Teatro Mágico" vendeu a maioria de seus CDs (cerca de 200 mil) dessa maneira.

Certamente, a internet foi o que mais reconfigurou todo o mercado musical. Essa ferramenta que tem revolucionado o mundo foi capaz de recriar a relação não somente do mercado com o artista, mas também do artista com seu público, já que a comunicação livre permite a troca direta de informações, sem a dependência dos atravessadores da indústria que distanciavam esse elo principal.

Com o surgimento da rede, iniciou-se um processo pouco profetizado pelos teóricos: a cultura de massa perdeu espaço para os nichos outrora isolados em cada canto do mundo. A livre circulação de informação trouxe novos modelos de distribuição e promoção, apresentando artistas novos e derubando os clássicos.

A transformação da música de bem material para bem imaterial, com a troca de arquivos na rede, é um fator fundamental para as mudanças radicais nesse universo cultural. O sistema dá um golpe em si mesmo e a própria Sony, que atua em di-

versos ramos e é uma das principais multinacionais da música, está entre as primeiras empresas a comercializar computadores com acesso à internet e gravador de CD.

Essa conjuntura internacional tem provocado uma revolução nas estruturas de poder da grande indústria, pois cada vez se vendem menos CDs e cada vez há menos "super-astros". É notória a tomada de espaço que alguns gêneros musicais têm alcançado na grande mídia, driblando os escritórios das multinacionais, como tem nos mostrado o funk carioca e o tecno-brega do Pará.

Democratizar de verdade

Perguntamos: por que será que mesmo com a enorme fragilidade da indústria musical e a força das novas mídias ainda não foi possível acabar com o *jabá* ou com os "artistas inventados"? Nem democratizar de maneira radical o acesso dos artistas a seu público e vice-versa?

É evidente que mercado musical, artistas e público não são elementos descolados de 500 anos de uma sociedade injusta e coronelista como a do Brasil. Sem uma ruptura radical com essa lógica, o velho mercado sempre encontrará alternativas para a perpetuação de seus esquemas de entretenimento, que procuram amortizar o pensamento com o que há de mais preconceituoso, machista, racista e homofóbico. É justamente por isso que acreditamos que militar pela Música Livre é parte de uma luta cotidiana por um país justo, igualitário e democrático.

Não é possível falar em liberdade de acesso aos bens culturais imateriais sendo que menos de 25% da população brasileira tem acesso à internet de boa qualidade. Por isso, é importante um plano nacional da banda larga, pela construção de uma internet pública, gratuita e de qualidade.

Também não é possível falar no fim do *jabá* se o governo não adotar uma outra política de comunicação, descriminalizando as rádios livres e comunitárias, e criminalizando as que praticam impunemente a repetição das músicas em troca de propina, silenciando a cultura brasileira. Além disso, não podemos nos esquecer da obrigação do governo em fomentar alternativas na televisão brasileira, com novas opções e mecanismos de acesso.

É igualmente necessária a democratização da produção dos álbuns, a partir de uma política de estúdios públicos e livres (a prefeitura de Suzano tem uma experiência interessante). A circulação também deve ser encarada mais seriamente, com investimento na diversidade da cultura brasileira, não apenas em alguns nichos de festivais ou bandas.

Mais do que uma ação, atuar pela música livre é uma postura. Por isso, desde 2008 estamos construindo o movimento Música pra Baixar (MPB). Nossa luta é pela criação de mecanismos mais igualitários e democráticos de produção, distribuição e acesso, à música e à cultura em geral.

Gustavo Aniteli é sociólogo, integra o Movimento Música Para baixar e é produtor executivo da Cia Musical Teatro Mágico.

IV Fórum Social Américas

O IV Fórum Social Américas (FSA), realizado de 11 a 15 de agosto em Assunção, Paraguai, sob o lema "Outra América é possível. Nossa América está no caminho", deu continuidade ao processo iniciado em Quito em 2004. Dez mil inscritos de mais de 20 países latinoamericanos e caribenhos participaram.

A abertura reuniu intelectuais da esquerda sul-americana, como o brasileiro Emir Sader, o argentino Atilio Borón, o venezuelano Edgard Lander, o peruano Anibal Quijano, a guatemalteca Rigoberta Menchú, Prêmio Nobel da Paz, entre outros.

Em grande ato político, o FSA recebeu o presidente anfitrião, Fernando Lugo. Diante das constantes ameaças golpistas que vem sofrendo desde sua posse em 2008 por parte da direita paraguaia, ele agradeceu a solidariedade dos milhares de ativistas presentes e defendeu a integração latino-americana. Também denunciou o processo golpista em Honduras e a necessidade de as forças democráticas permanecerem alertas para as iniciativas do imperialismo na região.

A Assembléia dos Movimentos Sociais teve forte participação brasileira, em especial da CUT e da Marcha Mundial das Mulheres. O ato de encerramento teve presença do presidente uruguaio Pepe Mujica e do boliviano Evo Morales. Morales e Lugo, também presente, destacaram os novos ventos que sopram em nossa região e o Fórum Social Américas como expressão dessa verdadeira revolução democrática.

O balanço do FSM 2010 descentralizado na América Latina, rumo ao Fórum Social Mundial de Dakar 2011, é extremamente positivo. O Fórum Social Grande Porto Alegre em janeiro, o Encontro de Cochabamba em abril, o Fórum Social do México em maio, e o IV Fórum Social Américas no Paraguai contaram com o apoio de governos progressistas, e demonstram que o continente latinoamericano é a única região do mundo em que se conseguiu passar, de forma parcial, porém efetiva, da resistência e da crítica ao neoliberalismo à construção de alternativas concretas democráticas e populares pós-neoliberais.

Democracia Socialista

Democracia Socialista/Em Tempo é o jornal da Democracia Socialista, Tendência do Partido dos Trabalhadores, publicação da Associação Caetés.

Equipe de edição: Alessandra Terribili, Carlos Henrique Árabe, Eduardo Mancuso e Juarez Guimarães

Colaboraram nesta edição: Anderson Campos, Estevão Cruz e Gustavo Aniteli

Editora:

Alessandra Terribili

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol

Jornalista Responsável: Alessandra Terribili – MTB 14.779 DRT/RS
Fechamento: 20/setembro/2010

www.democraciasocialista.org.br

A conjuntura na TV

Eleições 2010. Propaganda na TV se dá em meio a desconfiguração da oposição.

Tem chamado atenção a virtual quebra ideológica e programática da candidatura Serra. Seu desfibramento não pode ser avaliado apenas por erros de campanha. É mais profundo, a ponto de se afirmar que 2010 não é um prolongamento de 2006, quando se configurou o que chamamos, então, de disputa de projetos. A proposta neoliberal quebrou e não foi substituída.

Quando, em 1994, com FHC, empalmou a direção do país, isso se deu no auge de um longo impasse nacional, resolvido com o Plano Real e com uma "vanguarda" política neoliberal, o PSDB, com grande alinhamento internacional, especialmente com os EUA.

A vitória de Lula em 2002 encerrou, parcialmente, a hegemonia neoliberal. Em 2006, já com um novo ciclo (ainda incipiente) de desenvolvimento e mesmo com o PT tendo atravessado sua maior crise, nos anos 2003/05, Lula sagrou-se vencedor política e ideologicamente, com um projeto nacional em construção.

De lá pra cá, tudo piorou para o neoliberalismo. O desenvolvimento nacional ganhou força, e uma crise internacional, motivada pelos elementos desencadeados pelo neoliberalismo, fez estragos pelo mundo afora, exceto em países que tinham se protegido com políticas antiliberais, como o Brasil.

Frente à crise, o neoliberalismo brasileiro defendeu posições pré-1930, isto é, antikeynesianas. O governo Lula atuou além do keynesianismo e defendeu o país da crise desde uma perspectiva de esquerda, inclusive elevando o salário-mínimo. Esse processo impulsionou o novo ciclo de desenvolvimento brasileiro; que, aliado às políticas sociais, ganhou uma nova dimensão, começando a superar limitações históricas do desenvolvimentismo latinoamericano (inclusive o famoso teorema da "caixa vazia", isto é, da ausência de distribuição de renda). Mais do que isso, derrotou o projeto neoliberal. E mostrou isso ao povo.

De um ponto de vista internacional, o neoliberalismo não só perdeu força como deixou de ser uma referência programática – o que não quer dizer que no plano internacional sucedeu algo parecido com o Brasil: a fraqueza das forças de esquerda nos países centrais tem implicado em um campo relativamente livre para a recomposição das forças de direita.

Nesse quadro, a disputa de 2010 não é mais a simples continuidade da de 2006. A disputa de projetos com o programa neoliberal, no mínimo, foi deslocada para questões específicas, embora importantes – como a



Roberto Stockert Filho

Em busca da vitória. Campanha cresce em todos os estados do país.

política referente à taxa de juros e, nesse caso, o embate não é com o PSDB, que foi o responsável pela armadilha financeira, mas diretamente com os interesses financeiros. E também nesse ponto avançamos muito desde 2002.

Mas é possível avaliar que a vitória foi maior ainda, que se trata agora de confirmar e dar o melhor conteúdo ao projeto vencedor. É um processo em curso e que será mais bem avaliado em breve. De todo modo, a base programática e social que sustentou o neoliberalismo brasileiro se esvaiu. É por isso que a sustentação da candidatura Serra aparece de modo tão difícil, e sua identidade, tão desfigurada.

A construção da nova hegemonia

O legado do governo Lula, por certo, não é avaliado em função de uma visão esquemática e sectária; ele deve ser estabelecido por uma visão histórica comparativa e por uma avaliação de quais forças disputam com mais chance sua continuidade. É comparativamente de esquerda no sentido de que derrotou a moderna direita brasileira. E deve ter uma perspectiva histórica para que possa apreender as contradições no seu interior e considerar que a luta dos socialistas para que tenha um curso em direção

à democracia e à igualdade deve ser mais forte e com maior potencial de realização, embora, por certo, não esteja resolvida. Mas ela já se dá em uma nova e mais favorável situação histórica.

O processo eleitoral é, em primeiro lugar, a luta pela vitória em condições dadas – e com regras eleitorais, isto é, com procedimentos muito rentes ao nível de consciência imediato e simbólico. Assim, ele mais reflete uma situação do que transforma essa situação; mas seu resultado pode deslocar forças e representar uma nova conjuntura. Isso porque a disposição de forças depois da eleição é diferente da atual; movimenta-se a favor das forças vencedoras.

Nesse sentido, a campanha Dilma representa a luta pela vitória nas condições dadas, mas sua vitória pode estabelecer uma conjuntura mais favorável para o avanço das linhas mais progressistas do governo Lula e, assim, consolidar uma nova hegemonia no país.

Em parte, esse processo se dá na própria campanha, mas certamente prossegue na hipótese de um governo Dilma. Na campanha, ele se dá com as posições que a candidatura presidencial assume e com as posições que o PT e outros partidos de esquerda conquistem dentro do resultado final (veja box).

O projeto hegemônico e seus desafios

A superação do neoliberalismo brasileiro se dá por vitórias políticas históricas – em 2002, em 2006 e na crise econômica internacional de 2008/09 – e por avanços processuais no governo. Além disso, e não menos importante, por uma recomposição da força social e econômica da classe trabalhadora nos últimos 8 anos.

A resultante desse processo não é um programa acabado. É um processo que constrói um programa, que tem um sentido histórico com potencial de desenvolvimento à esquerda, isto é, com espaço crescente para o ideário socialista-democrático.

Esse processo em curso, no entanto, já estabeleceu marcos diferenciadores frente ao neoliberalismo por certo, mas também, face ao desenvolvimentismo clássico. Em relação ao primeiro, porque não há mais o culto do mercado; em relação ao segundo, e de forma menos conflitiva, porque agora temos desenvolvimento ao mesmo tempo em que há distribuição de renda.

Mas se um novo projeto reúne condições de hegemonia, elementos do antigo continuam presentes, mas cada vez mais em contradição com o novo curso. Um desses elementos é o Congresso Nacional. Um projeto de

mudança mais amplo e profundo deverá conter não só a reforma política democrática, mas também a democratização de estruturas do poder de Estado. Além disso, e em perspectiva, um avanço histórico de mudanças deve incluir novas relações sociais no campo da economia e da propriedade, no sentido da sua democratização. Em qual tempo isso pode se desenvolver depende da correlação de forças e dos programas reais de transformação. Obviamente, não é o tempo eleitoral imediato, mas o tempo do próximo governo e mesmo dos seguintes.

Um problema "externo" que temos de levar em conta é que o ambiente internacional não caminha nessa direção, embora aumentem as contradições dentro do imperialismo. Não há mais a mesma força centralizadora dos EUA, mas é difícil encontrar algum país com desenvolvimento político próximo ao do Brasil. É verdade que o espaço de atuação não controlada pelos EUA aumentou, mas as condições internas tanto dos países centrais como de países com possibilidade de jogar um papel internacional de maior peso não parecem ter evoluído à esquerda com a crise.

As decorrências dessa observação implicam, em primeiro lugar, em considerar a intervenção internacional do Brasil e do PT um dos elementos importantes da nossa estratégia de construção de uma nova hegemonia; em segundo lugar, a compreensão de que uma aliança renovada entre a direita nacional e a ordem imperialista – um aspecto que sempre marcou a direita brasileira – se constitui como um dos pontos de sustentação da oposição à nova hegemonia.

Essas observações, que projetam um período para além da disputa eleitoral, não pretendem minimizar o problema imediato e decisivo, sem o qual o anterior não vale: é preciso vencer as eleições, transformar em votos e em maioria eleitoral as conquistas que obtivemos nos 8 anos de governo Lula.

Fortalecer o PT e a esquerda nas eleições

Urnas. Crescimento do PT é condição para construção de nova hegemonia.

Junto com a eleição de Dilma buscamos a eleição de governos estaduais e da maior bancada do PT e da esquerda. Desde os debates anteriores ao 4o Congresso do PT, em fevereiro, defendemos uma tática conjunta e combinada de conquista desses objetivos, e contra a idéia de luta separada por esses resultados. Nossa posição vem se confirmando. O crescimento da candidatura Dilma é acompanhado pelo crescimento de

candidaturas estaduais do PT e da esquerda, bem como das candidaturas ao Congresso Nacional.

Na verdade, a fonte desse crescimento é a mesma: um governo amplamente aprovado, um presidente com profunda identidade popular e um partido que cresce, novamente, em respeito e em adesão política.

Muitos analistas caracterizam esse fenômeno como lulismo. Poderíamos

aceitar essa denominação desde que acrescentada do fato de que com o "lulismo" vem junto o "petismo". O PT não só recuperou seus índices de partido mais respeitado e de partido de maior simpatia popular como avançou. Em algumas pesquisas, chega a 30%. Mas o mais interessante é que justamente no amplo setor "lulista" que apoia Dilma, o PT chega a quase 40% como partido preferido. Essa força política deve buscar a

maior vitória dentro da vitória maior que é a eleição de Dilma. Naturalmente ela deve se dar em conjunto com as alianças, sobretudo as de esquerda dentro da ampla frente. Mas ela deve ser buscada e dirigida pelo PT no sentido de ampliar ao máximo suas conquistas. Essa é uma condição fundamental para que a construção da nova hegemonia se desenvolva com uma perspectiva de esquerda.

Democracia e socialismo na formação política da DS

Curso. Segunda etapa debateu revolução permanente e revolução democrática.

Anderson Campos e Estevão Cruz

Na metade do século 19, durante o curso das revoluções burguesas na Europa, Marx e Engels iniciaram a construção de uma estratégia revolucionária e de transição da nascente sociedade capitalista para a comunista. Para tanto, formularam a primeira teoria da Revolução Permanente que era permeada por uma idéia de etapas históricas da construção do socialismo, na qual caberiam à burguesia as tarefas democráticas de superação das estruturas feudais e absolutistas, e ao proletariado, a radicalização desse processo, desaguando numa profunda revolução social.

Pelas influências do seu próprio contexto, numa conjuntura que foi denominada como "era das revoluções", Marx e Engels conservavam a ilusão (essa posição foi assim caracterizada por Engels na *Introdução às Lutas de Classe na França de 1895*) de que a revolução social estava na ordem do dia e que seria um processo desencadeado tão logo a burguesia derrubasse os regimes absolutistas.

A partir de 1905, na Rússia Czarista, Trotsky retoma e reorganiza a teoria da Revolução Permanente. Sua concepção incorpora uma nova perspectiva do desenvolvimento das lutas do proletariado nos países atrasados da periferia do capitalismo. Compreende que a burguesia não estaria comprometida com as tarefas democráticas. Caberia ao proletariado tal missão. A permanência da revolução sustentar-se-ia pelo transcrescimento da revolução democrática em revolução socialista; pela revolução nacional como primeiro ato da revolução internacional e mundial; e por transformações constantes das relações econômicas e sociais.

Tarefas da revolução democrática

A Democracia Socialista foi fundada como uma corrente que busca uma síntese entre essa tradição e a originalidade da luta de classes no Brasil, da qual o PT é uma das maiores expressões. Por isso, buscou ligar a identidade marxista-revolucionária com o processo de construção do Partido dos Trabalhadores.

Ao analisarmos e atuarmos sobre situações concretas, buscamos desenvolver e nos somar em nova estratégia para a revolução socialista do século XXI. É assim que buscamos atualizar a idéia de revolução permanente como um processo de radicalização democrática, isto é, de socialização da política indissociada da socialização dos meios de produção.



Roberto Stuckert Filho

Reta final. Militantes petistas acompanham comício em Juiz de Fora.

Oposição ainda que tardia?

Minas Gerais. Disputa contra Aécio encontra dificuldades semeadas pelo próprio PT.

Juarez Guimarães

A decisão da disputa pelo governo de Minas está diretamente subordinada à capacidade de construção de uma postura de oposição pública, a partir do campo democrático popular, ao projeto Aécio/Anastasia.

O PT de Minas Gerais enfrenta, nestas eleições, um dos desafios mais complexos e difíceis de sua história. Representado na chapa majoritária com a candidatura de vice de Hélio Costa (PMDB), Patrus Ananias, e com a candidatura ao Senado de Fernando Pimentel, o partido tem que construir em poucas semanas o que não conseguiu construir nos últimos oito anos: uma oposição pública forte e vigorosa ao governo Aécio e sua continuidade.

Essa dificuldade se relaciona com três dimensões da vida política mineira nos últimos anos. Em primeiro lugar, desde 2007, a liderança de Fernando Pimentel, então prefeito de Belo Horizonte, apoiada por Virgílio Guimarães e Durval Ângelo, iniciou um movimento de apro-

ximação e pactuação com Aécio Neves. Esse movimento resultou, literalmente, na entrega da candidatura a prefeito de Belo Horizonte em 2008 a um nome até então desconhecido, filiado ao PSB, que mantinha também diálogo com o governo Aécio. Hoje, o prefeito Márcio Lacerda apoia Dilma e Anastasia, além, é claro, da candidatura de Fernando Pimentel ao Senado. Esse movimento, majoritário no PT de Belo Horizonte e que veio a se confirmar majoritário também por pequena margem no PT estadual, bloqueou a construção de uma oposição pública ao projeto Aécio Neves.

Em segundo lugar, a liderança de Aécio Neves, desde o início, buscou um caminho liberal diverso daquele protagonizado pelo núcleo dirigente paulista do PSDB. Ao invés de uma confrontação frontal ao projeto de Lula, Aécio Neves foi eleito por duas vezes com votos de uma grande parcela de eleitores que também votaram em Lula. O fenômeno do "Lulécio" respondia, então, a um duplo movimento: uma divisão nas hostes tucanas, e de outro lado, uma apropria-

ção de parte dos ganhos da Era Lula por Aécio.

Em terceiro lugar, a divisão e a forte disputa entre as duas principais lideranças do PT mineiro - Patrus e Pimentel - pela candidatura ao governo arrastou-se até meados do primeiro semestre, enfraquecendo ambos em uma situação de "empate catastrófico" ou de soma zero. Isto é, os dois perderam terreno com um PT dividido e polarizado frente à candidatura Hélio Costa que, a partir da memória dos eleitores, aparecia com ampla intenção de voto.

"Minas pode mais" ou Minas democrático-popular

O quadro se tornou mais complexo ainda com a indicação, com todos os poderes, do publicitário Duda Mendonça para a direção do programa de televisão da campanha - que, a partir da coligação PMDB/PT/PCdo B e PR, dispõe de cerca de 40% do tempo disponível. A linha imposta sem discussão, por um lado, apostava na construção de um governo de parceria (Hélio + Pa-

trus "Dois grandes homens em um só governo"), e, de outro, em um pós-Aécio, interditando um discurso oposicionista de conjunto, com a ideia de que "Minas pode mais", em particular, nas áreas de educação, saúde e segurança. A "ciência" do marketing eleitoral produziu em Minas um fenômeno semelhante à estratégia adotada por José Serra no plano nacional.

Neste início de setembro, o que ocorre é a estagnação da candidatura Hélio+ Patrus diante de um crescimento forte, mas variado, segundo os institutos de pesquisa, da candidatura Anastasia. A disputa eleitoral não está perdida. O apoio de Lula, a força da militância, a ampla base do PT e do PMDB no estado continuam sendo importantes, mas a continuidade da atual linha de campanha pode levar ao maior desastre eleitoral do PT mineiro, paradoxalmente, em meio à provável maior vitória nacional da história do partido.

Juarez Guimarães, cientista político e professor da UFMG, é membro da equipe editorial do Projeto Formação da Nova Geração de Dirigentes da DS.

Nossa compreensão estratégica busca superar a idéia de golpes liderados por uma vanguarda autoritária, autoproclamada dirigente e autossuficiente programaticamente. Ao mesmo tempo, é uma estratégia baseada na construção de um partido socialista e democrático, como parte de uma vanguarda mais ampla da luta pela transformação socialista. Nosso programa adquire sentido prático quando a construção do partido avança e quando conquistamos vigorosos e democráticos processos de participação das massas.

Assim, os desafios atuais da revolução democrática no Brasil estão associados ao fortaleci-

mento da classe trabalhadora em suas lutas e sua organização, à construção da democracia participativa de massas, à universalização de políticas públicas que tensionem os limites do capital e tornem hegemônicas a economia do setor público diante da economia capitalista monopolizada; o feminismo e a desfamiliarização diante do patriarcalismo e da família burguesa; a cultura nacional e popular diante das culturas eurocentradas e elitistas; a solidariedade e a defesa da autodeterminação dos povos diante do imperialismo; a liberdade e igualdade diante do racismo, da homofobia e opressões de qualquer ordem.

Além dos clássicos, próxima etapa

A tradição marxista que alimenta nossa organização e luta social não parou nas contribuições pioneiras. Ela se desenvolveu ao longo de décadas, incorporando elementos das novas conjunturas e diante de situações concretas, não vivenciadas pelos clássicos do marxismo.

O próximo momento presencial do curso ocorrerá no início de 2011. Até lá, os noventa dirigentes da DS serão orientados a aprofundar temas apontados até aqui, nos debates sobre a atualidade da transição ao socialismo. Marxistas contemporâneos serão estudados, de forma a am-

pliarmos o entendimento sobre a construção do socialismo democrático e do Partido dos Trabalhadores como instrumento dessa construção.

As possibilidades da luta pela hegemonia da classe trabalhadora; as formas estabelecidas entre democracia e capitalismo hoje; o protagonismo popular na cultura política brasileira e; a dimensão do internacionalismo militante tal qual se desenvolve na América Latina nos anos 2000: são assuntos a serem estudados, discutidos e sistematizados na próxima etapa do Projeto de Formação Política da DS.

Anderson Campos é membro da Coordenação Nacional da DS e Estevão Cruz é participante do Projeto Formação da Nova Geração de Dirigentes da DS.

"A diversidade não tem espaço nos grandes meios"

Entrevista. João Brant fala de democratização da comunicação e desafios.

Como você descreveria o atual quadro das comunicações de massa no Brasil hoje? Em, especial, do sistema de radiodifusão, que são concessões públicas.

O cenário é de concentração e exclusão, já que a maior parte da sociedade não tem mecanismos para fazer circular seus pontos de vista. Pra se ter uma ideia, a soma da participação das quatro primeiras emissoras de TV é de 83,3% no que se refere à audiência, e 97,2% no que se refere à receita publicitária.

O sistema público de comunicação, que poderia fazer frente a essa realidade, ainda é incipiente. Só em 2007, o Brasil se colocou o desafio de criar uma TV pública de abrangência nacional, e ela ainda tem um alcance muito restrito, com dificuldades concretas para ampliá-lo.

O conteúdo dos meios de comunicação reflete esse quadro. A diversidade do Brasil não encontra espaço nos grandes meios. Ao contrário, há um tratamento estereotipado e discriminatório especialmente em relação a mulheres, negros e homossexuais, e as pessoas que se veem atingidas por essa programação não têm meios de se defender.

Em termos de regulamentação, que iniciativas precisam ser tomadas para avançar na direção de uma comunicação democrática?

Hoje a realidade é de um sistema predominantemente comercial, concentrado e excludente. A lei que trata das questões de rádio e TV é de 1962, do tempo da TV em preto e branco. A complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal, que poderia equilibrar um pouco o poder das grandes redes, está na Constituição desde 1988, mas nunca foi regulamentada.

O artigo 220 determina a proibição direta e indireta a monopólios e oligopólios, mas as únicas regras que existem sobre isso são da década de 60, e não consideram fatores-chave como audiência e investimento publicitário, por exemplo. No mesmo artigo 220 está prevista a criação de meios legais para a população se defender de programação que atente contra os princípios constitucionais – outro ponto que segue sem qualquer regulamentação.

Para o artigo 221, que busca garantir espaço no rádio e na TV para programas produzidos regionalmente e para a produção independente, existe um projeto de 1991, mas ele está engavetado no Senado. Veja que estou



Democratização. Segundo João Brant, o processo argentino foi positivo e exemplar.

falando só de pontos que estão na Constituição!

Para se pensar o conjunto da regulamentação do setor, deveríamos incluir, além disso, regras democráticas para concessões de rádio e TV e para as rádios comunitárias, promover a pluralidade e a diversidade nos meios de comunicação e, mais do que tudo, garantir instrumentos de participação popular na definição das políticas e no acompanhamento do setor.

Em outros países de tradição democrática esse já é um debate superado, não?

Sem dúvida. Em muitos países há órgãos reguladores que incidem sobre questões de concentração de mercado e questões de conteúdo. Há regras que incentivam a pluralidade e a diversidade – inclusive a pluralidade política –, protegem o público infantil, e mecanismos para a população se defender de programação que atente contra a dignidade humana. No Brasil, nem um órgão regulador independente nós temos, já que a Anatel não é responsável pela regulação do setor de radiodifusão.

Só para dar um exemplo, em 2004, o FCC, que é o órgão regulador nos EUA, queria diminuir os limites à concentração (que, mesmo com as mudanças, seriam ainda mais fortes que os do Brasil). Houve pressão popular contra a medida e até os republicanos votaram contra no Congresso. Isto é, medidas que por aqui são consideradas radicais, lá são defendidas até pelo partido da Sarah Palin!

Na Argentina, por exemplo, a reforma da legislação sobre comunicação foi polêmica porque houve resistência dos em-

A realidade é de um sistema predominantemente comercial, concentrado e excludente

presários. Já há algum balanço desse processo lá?

Os empresários vão sempre resistir à mudança do cenário em que eles reinam sozinhos, mas o processo da Argentina foi positivamente exemplar. Ele é fruto da combinação de setores sociais organizados com vontade política do governo.

A lei aprovada cria condições para a ampliação do exercício da liberdade de expressão e está amparada em toda a legislação internacional de direitos humanos. Ali estão tratadas todas as questões importantes para a regulação do setor audiovisual. É fundamental, por exemplo, a reserva de um terço do espectro eletromagnético para meios de comunicação sob controle de entidades sem fins de lucro. Essa medida, tratada por aqui como se fosse um absurdo, é apoiada pelos relatores de liberdade de expressão da OEA e da ONU.

A Confecom acumulou no sentido de propor marcos regulatórios e revisões da atual legislação?

A I Conferência Nacional de Comunicação teve 633 propostas aprovadas¹ (sendo 569 delas por consenso ou com mais de 80% de votos favoráveis) que determinam uma agenda bastante progressista para o setor da comunicação. Foram aprovadas propostas sobre os mais diversos temas, desde o reconhecimento da comunicação

como direito humano até o combate à discriminação de gênero, orientação sexual, etnia, raça, geração e de credo religioso nos meios de comunicação, passando por novos critérios para concessões e definição de limites para concentração, além da definição do acesso à internet banda larga como direito fundamental. Também foi aprovado um Conselho Nacional de Comunicação como instância central para a formulação e o exercício do controle social das políticas de comunicação.

Em relação às políticas de acesso à banda larga, o quadro é melhor?

Não muito. A internet é um espaço aberto e democrático, e tem contribuído para a democratização. Mas o Brasil não trata do acesso à banda larga como um direito do cidadão. Esse acesso é hoje caro, ruim e limitado. Apenas 24% das residências no Brasil têm acesso à banda larga. Se tomarmos as classes D e E, esse número cai para 3%.

O valor médio pago pelos brasileiros para ter banda larga em casa corresponde a 4,58% da renda per capita no país. Mais que o dobro do México e mais de 9 vezes o valor dos Estados Unidos! Mesmo quem pode pagar compromete uma parte significativa de seu orçamento familiar com este investimento.

Isso deve mudar com o Plano Nacional de Banda Larga, mas mesmo o plano – que é bom, ressalte-se, mas insuficiente – não coloca a meta de universalização do serviço. Fala-se, no máximo, em massificação.

Que desafio devem assumir a esquerda e os movimentos sociais no diálogo com a população

sobre essa pauta? Os donos da mídia misturam maliciosamente qualquer proposta que vise à redução do seu poder com censura.

A defesa da liberdade de expressão deve ser uma bandeira dos setores progressistas, daqueles que nunca tiveram voz e sempre tiveram que lutar contra as opressões. Temos que juntá-la à bandeira do direito à comunicação, que implica obrigações para o Estado.

Quando se fala em controle social, o que queremos é justamente garantir que um serviço público, como é a radiodifusão, cumpra o interesse público. Na prática, isso significa garantir o controle da sociedade (e não do governo) sobre a regulamentação e as políticas públicas para o setor, sobre o serviço prestado e sobre o conteúdo exibido. Exemplos concretos: no primeiro caso, a existência de conselhos e conferências que determinem diretrizes para as políticas públicas. No segundo caso, garantir ao cidadão, usuário desse serviço público, a possibilidade de se defender de serviços de má qualidade – é o caso dos cegos, por exemplo, que até hoje não contam com o serviço de audiodescrição e não têm para quem reclamar. Nem um bendito 0800!

No terceiro caso, relativo ao conteúdo, é preciso garantir o cumprimento da Constituição, que prevê a existência de meios legais para o cidadão se proteger de conteúdo que viole o disposto na própria Carta Magna. Por exemplo, se um meio de comunicação exhibe conteúdo racista, eu preciso acionar o Ministério Público Federal ou entrar diretamente com um processo, o que me demanda tempo, dinheiro e conhecimento técnico. Não há uma via não judicial, rápida, que proteja o interesse do espectador. As emissoras fazem o que querem, com um poder muito desigual em relação ao espectador.

É importante destacar que controle social do conteúdo não tem nada a ver com censura. Tem a ver com garantir a responsabilidade da emissora por aquilo que ela já veiculou. Essa responsabilidade posterior é absolutamente democrática, prevista inclusive na Convenção Americana de Direitos Humanos. Isto é, existe a liberdade para dizer o que quiser, mas você pode ser punido se o que você disser representar violação a outros direitos humanos. Parece óbvio, não?

¹ Veja o relatório oficial completo em <<http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/publicacoes/confecom>>.

João Brant é mestre em regulação e políticas de comunicação pela London School of Economics and Political Science, e integrante da coordenação executiva do Intervenções - Coletivo Brasil de Comunicação Social.

Garantir a valorização do salário mínimo

Sem aumento real. Centrais sindicais rejeitam projeto apresentado pelo governo.

As centrais sindicais manifestaram seu descontentamento em relação à proposta de Orçamento Federal apresentada ao Congresso Nacional pelo governo. De acordo com a matéria, não haverá aumento real do salário mínimo para 2011, ficando estabelecido apenas reajuste de R\$ 510,00 para R\$ 538,15.

Em nota publicada em 1º de setembro, a CUT e as demais centrais sindicais pedem abertura imediata de negociação com o governo acerca do tema. As centrais afirmam que sua expectativa é que se cumpra o acordo de valorização do salário mínimo, firmado entre elas e o governo federal em 2007.

Tal acordo pode ser considerado um dos sintomas da transição pós-neoliberal, impulsionado pelo Governo Lula, pelo menos por dois motivos. Em primeiro lugar, o Estado assume a tarefa de intervir sobre o mercado de trabalho, particularmente sobre a política salarial. O Governo FHC havia desindexado o reajuste, deixando-o à mercê das negociações no Congresso Nacional, ano após ano. Em segundo lugar, o acordo foi resultado da pressão do movimento sindical, CUT à frente, e foi firmado após intensas rodadas de negociação. O período neoliberal, por sua vez, havia bloqueado qualquer espaço de negociação nacional com o movimento sindical. Tratava-o como questão de polícia, com forte repressão.

A proposta do movimento sindical é elevação do mínimo para R\$ 560,00 em 2011. O número é resultado da estimativa da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 2010 – apresentada pelo próprio governo, de 5,52% –, que é o percentual de inflação do período, utilizado para repor as perdas, somado à média do crescimento econômico de 2006 a 2009 (Produto Interno Bruto), de 3,8%.

O salário mínimo em processo de valorização foi um elemento fundamental da superação da crise de 2008/2009. Ele tem sido instrumento estratégico para reverter as desigualdades sociais e regionais, além de contribuir com a retomada do crescimento econômico, impulsionado, entre outras razões, pelo fortalecimento do mercado interno. Combinado com a elevação do emprego formal, a política de valorização permanente do salário mínimo cumpre seu papel de combate à pobreza, elevação dos rendimentos do trabalho de dezenas de milhões de brasileiros e brasileiras.

Os impactos da valorização

Mais de quarenta milhões de brasileiros dependem diretamente do salário mínimo. Se-



Expectativas para 2010. Assembleia da Classe Trabalhadora aconteceu em junho em São Paulo.

gundo o economista Marcelo Néri, da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, a valorização do salário mínimo responde por 67% da redução da desigualdade social verificada no Brasil nos últimos anos. A informação foi publicada pelo jornal "Valor Econômico" de 31 de agosto. Ainda segundo a mesma matéria, programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, participa dessa estatística com 17%.

Os impactos positivos da valorização do salário mínimo foram possíveis em combinação com outros avanços no mercado de trabalho brasileiro desde 2003. A taxa de desemprego caiu de 11,7% em 2002 para 7,9% em 2009. A informalidade também vem caindo a patamares opostos ao desempenho dos anos 1990. A elevação do emprego formal também teve impactos

positivos para a incorporação de milhões de novos beneficiados na Previdência Social.

Porém, problemas desestruturantes do mercado de trabalho brasileiro permanecem. Por exemplo, a elevada rotatividade no emprego provoca redução nos impactos da política salarial no setor privado. Permanece a enorme liberdade empresarial para utilizar a força de trabalho contratada. O Brasil possui uma das mais altas taxas de rotatividade do mundo! As demissões em massa continuam a ser utilizadas, mesmo nos anos de forte retomada do crescimento econômico. Trata-se de estratégia empresarial para rebaixar salários, ao contratar trabalhadores/as com salários menores.

Expectativas

A proposta apresentada pelo governo tem efeito de sus-

penção da política nacional de valorização do salário mínimo. É, portanto, um freio frente aos avanços vividos até aqui. Por outro lado, se vitoriosa a ação do movimento sindical neste tema, haverá um recado nítido. A negociação ocorrerá no momento de transição para o terceiro mandato do PT na presidência da República. O resultado positivo para a classe trabalhadora instigará a luta pela reversão das políticas precarizantes nas formas de contratação, no estabelecimento das jornadas de trabalho e nos rendimentos. Será o coroamento da campanha realizada pela CUT durante os meses da crise econômica no Brasil, segundo a qual, os trabalhadores não pagarão pela crise.

Os processos de negociação em curso, especialmente neste segundo semestre, estão

garantindo ganhos reais acima da média. Manter o processo de valorização do salário mínimo é estimular esse processo. Além disso, o crescimento do mercado de trabalho, a formalização e os ganhos reais elevam as receitas que são a base para o pagamento da previdência. Há impacto positivo nos fundos públicos, uma vez que cresce a parcela e a contribuição dos ocupados.

A Plataforma da CUT para as Eleições 2010 aborda a questão do crescimento econômico a partir de três eixos estruturantes: valorização do trabalho; igualdade, distribuição de renda e inclusão social; e Estado democrático com caráter público e participação ativa da sociedade. São os eixos que nos conduzirão ao aprofundamento da mudança. Nenhum retrocesso será aceito.

Salário mínimo é instrumento contra desigualdade

Trabalho. Mulheres são maioria entre os que ganham até um salário mínimo.

Para construir um país justo e igualitário, não basta fazer a economia crescer. Os salários de base também precisam crescer, para diminuir a pobreza e a terrível desigualdade social. A valorização do salário mínimo é fundamental para elevar os salários de base, bem como aposentadorias e pensões, que são benefícios da Previdência Social nos quais as mulheres predominam.

A política de valorização do salário mínimo teve impactos visíveis na vida das mulheres trabalhadoras. As mulheres, em especial as negras, são a maioria da população que ganha até um salário mínimo – quase a metade das que estão no mercado de trabalho têm esse rendimento. De acordo com dados da Pesqui-

sa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009, cerca de 77% das mulheres em idade ativa tem remuneração que não ultrapassa dois salários mínimos (para os homens a taxa é de 66%).

Sendo assim, o aumento do salário mínimo diminui a diferença na renda entre homens e mulheres e entre a média de salário das pessoas negras e brancas.

Esse tema está na agenda da Marcha Mundial das Mulheres desde 2003. Em cartilha publicada naquele ano, em virtude justamente da campanha pela valorização do salário mínimo, o movimento recupera a importância dele na vida das mulheres trabalhadoras desde a sua inserção no mercado de trabalho, simultâ-

nea ao estabelecimento do salário mínimo, bem como do potencial de enfrentamento de desigualdades e de fortalecimento da autonomia das mulheres.

Para que as mulheres tenham uma inserção igualitária no mercado de trabalho, a valorização do salário mínimo é um passo importante, e precisa ser articulada com outras políticas, como a garantia de creches, a redução da jornada de trabalho (que tem sido uma bandeira importante da CUT), e especialmente, o combate à informalidade. As mulheres são a maior parte dos trabalhadores informais, que não têm seus direitos trabalhistas garantidos e que, muitas vezes, nem são atingidos pela política de valorização do salário

mínimo. No final da década de 1980, de cada cem trabalhadoras, 18 eram empregadas domésticas, 11 eram balconistas ou vendedoras por conta própria, 9 estavam em funções administrativas e 7 eram costureiras.

Entre 1980 e 1990, continuava grande a diferença de salários entre homens e mulheres.

O Salário Mínimo teve pequenos reajustes nos governos que vieram depois de 1984, mas o mínimo não recuperou seu poder de compra nem seu sentido político.

Para manter uma certa distribuição de renda, o Salário Mínimo deveria acompanhar o aumento da produção do país.

Leon Trotsky: presente!

Homenagem. 70 anos da morte de um dos principais líderes revolucionários mundiais.

Eduardo Mancuso

Lev Davidovitch Bronstein nasce na Ucrânia, em 1879, filho de um proprietário de terras judeu. Aos 18 anos, juntamente com sua esposa Alexandra e um pequeno grupo de militantes, funda a União dos Trabalhadores do Sul da Rússia.

Preso pela polícia czarista, é condenado a quatro anos de deportação na Sibéria. Em 1902, após adotar o pseudônimo que o identificará por toda a vida (tirado do sobrenome de um de seus carcereiros), Trotsky foge da prisão e vai encontrar-se com Lenin em Londres, onde era editado o jornal *Iskra* (Centelha), órgão do Partido Operário Social-Democrata Russo.

No famoso II Congresso do Partido em 1903, ocorre a divisão entre os bolcheviques (maioria) de Lenin e os mencheviques (minoridade), que defendiam a liderança da burguesia liberal na revolução democrático-burguesa contra a monarquia czarista. Trotsky divergia radicalmente da estratégia reformista menchevique, mas vota contra os bolcheviques na questão da organização partidária, com duras críticas às concepções leninistas que considerava centralizadoras e autoritárias. Às portas da revolução de 1917, quando adere ao bolchevismo, Trotsky faz auto-crítica das posições que havia adotado durante e após o histórico congresso sobre concepção partidária e sua insistência em buscar conciliação entre mencheviques e bolcheviques.

Construindo a revolução

A revolução russa de 1905 tem destacada participação de Trotsky, que assume a presidência do primeiro soviete (conselho) da história em São Petersburgo (Petrogrado). Após a derrota do movimento, ele escreve seu relato.

Primeira revolução do século XX, iniciada a partir da crise do regime czarista provocada pelas greves dos trabalhadores e pela derrota militar frente ao Japão, seu marco foi o "domingo sangrento" em que milhares de manifestantes foram fuzilados pelas tropas diante do palácio do czar. A revolução de 1905 traz o surgimento dos sovietes e da greve geral de massas como criações políticas revolucionárias da luta de classes, e exerceu forte impacto nas concepções teóricas de Trotsky, Lenin e Rosa Luxemburgo.

Assim, em 1906, Trotsky publica um pequeno livro que se mostra profético, *Balço e Perspectivas*, no qual antecipa a estratégia vitoriosa da Revolução Russa de 1917. Nessa obra, ele resgata o conceito de revolução perma-



nente de Marx, sustentando o caráter socialista e internacional da revolução na Rússia, sob a direção política da classe operária em aliança com o campesinato – ao contrário dos bolcheviques, que defendiam o caráter democrático-burguês da revolução, mesmo sob um governo dos trabalhadores. Uma década depois, Lenin adota esta estratégia nas suas "Teses de abril", reorientando o partido bolchevique para a vitória comunista de Outubro.

Em 1914, explode a I Guerra Mundial, com a capitulação da social-democracia frente à guerra imperialista e seus 10 milhões de mortos. Com a fome e a mortandade provocada pela guerra, explode a revolução de fevereiro de 1917 na Rússia, que derruba o czarismo e implanta o governo provisório.

Trotsky embarca de volta à Rússia e chega a Petrogrado (antiga São Petersburgo) um mês depois de Lenin ter desembarcado na famosa Estação Finlândia e haver reorientado o partido bolchevique na oposição ao governo provisório (formado por burgueses liberais e monarquistas constitucionais inicialmente, mas depois contou com a participação de socialistas-revolucionários e mencheviques) que mantinha a Rússia na guerra, barrava a reforma agrária e reprimia trabalhadores e camponeses.

"Todo o poder aos sovietes" é a palavra de ordem que abre caminho para a revolução de outubro. Em julho, Trotsky ingressa no partido e no comitê central bolchevique. Em setembro, é eleito novamente presidente do soviete de Petrogrado e em outubro, coordenador do Comitê Militar Revolucionário, responsável pela organização da toma-

do poder. Em novembro (outubro pelo antigo calendário russo), é vitoriosa a primeira revolução socialista da história.

A luta continua

Porém, ainda em meio à guerra com a Alemanha, o bloqueio e a intervenção militar das potências ocidentais contra a Rússia, Trotsky torna-se Comissário do Povo para as Relações Exteriores, chefia as negociações com o alto comando alemão e desenvolve, nesse período, uma intensa agitação dirigida ao proletariado europeu denunciando as chantagens imperialistas. Porém, no início de 1918, a jovem república soviética é finalmente obrigada a assinar a Paz de Brest-Litovsk, imposta pela superioridade militar alemã.

No plano interno, guerra civil. Os exércitos brancos da contra-revolução atacam em três frentes, além da oposição interna de mencheviques e de socialistas-revolucionários, e da terrível crise econômica com o colapso da produção agrícola, industrial e de transportes. A revolução corre perigo.

Trotsky torna-se Comissário do Povo para Assuntos Militares. Depois de dois anos atravessando a Rússia num trem blindado comandando o Exército Vermelho durante a guerra civil, Trotsky conquista a vitória sobre os exércitos brancos em 1920. Mas em março de 1921, o X Congresso do Partido Bolchevique defronta-se com a revolta dos marinheiros do Kronstadt e com as revoltas camponesas, ambas sob influência anarquista e esmagadas pelo poder soviético. Nesse contexto, o Congresso bolchevique suspende, em caráter extraordinário, o direito de tendências no partido, e Lenin lança a Nova Política Econômica (a NEP, na sigla em russo), que substitui a fase do comunismo de guerra.

O isolamento da Rússia soviética é grande. Em 1919 Lenin convoca o congresso de fundação da Internacional Comunista

e Trotsky redige seu Manifesto (ele escreveria também o Manifesto do II Congresso e as Teses do III Congresso). Em 1923, Lenin e Trotsky se aliam contra a nascente burocratização da revolução. Trotsky organiza a Oposição de Esquerda, mas, em janeiro de 1924, Lenin morre.

Entre 1925 e 1927, Trotsky é afastado das suas funções no governo e na direção do partido, até sua expulsão da União Soviética, em 1929. Nesse período, escreve algumas de suas obras mais importantes: *Literatura e Revolução*, em defesa de uma arte e cultura socialista; *A Internacional Comunista depois de Lenin*, em que faz um balanço devastador da política internacional do stalinismo; *A Revolução Desfigurada*, em que responde às calúnias e falsificações históricas sobre o seu papel na revolução e defende a luta política da oposição contra a burocracia stalinista; *Minha Vida*, sua autobiografia; e *A Revolução Permanente*, em que retoma e desenvolve suas teses formuladas 25 anos antes.

Trotsky vive exilado na Turquia até 1933, onde escreve os três volumes da sua magistral *História da Revolução Russa* e os *Escritos sobre a Alemanha* (editado no Brasil por Mário Pedrosa, sob o título *Revolução e contra-revolução na Alemanha*), duas obras primas do marxismo. Depois de passar por França e Noruega, sofrendo pressões diplomáticas e ameaças constantes a sua vida, Trotsky finalmente encontra abrigo no México.

A revolução traída

No exílio mexicano, hospedado com a sua segunda esposa Natália Sedova inicialmente na casa de seu amigo, o grande muralista Diego Rivera, e da artista plástica Frida Kahlo, a atividade de Trotsky continua sendo o combate incansável à burocracia stalinista. Ele denuncia a traição histórica do partido comunista e da social-democracia ao movimento operário alemão por se

recusarem a cerrar fileiras em uma frente única e permitirem a chegada do nazismo ao poder, sem luta; denuncia a traição da revolução espanhola pelo stalinismo e os abjetos Processos de Moscou (nos quais Stalin elimina fisicamente toda a "velha guarda" bolchevique).

Em 1936, Trotsky escreve *A Revolução Traída*, em que caracteriza a União Soviética como um "Estado operário burocraticamente degenerado" e defende a derrubada da ditadura burocrática pelos trabalhadores, através de uma "revolução política" que retomasse a democracia socialista e o poder dos sovietes. Tempos terríveis e contra-revolucionários: stalinismo, fascismo e a Grande Depressão capitalista. "Era meia-noite no século", afirmou o companheiro de oposição e biógrafo de Trotsky, Victor Serge. A II Guerra Mundial já se aponta no horizonte.

Trotsky passa seus últimos anos de vida no México organizando a Quarta Internacional – fundada em Paris, em 1938, sem a sua presença – para a qual escreve o "Programa de Transição", com o objetivo de formar uma nova geração de marxistas revolucionários que desse continuidade à herança "bolchevique-leninista" de Outubro e da Oposição de Esquerda.

Após sobreviver ao atentado organizado por artistas mexicanos do Partido Comunista armados de metralhadoras, finalmente o braço assassino de Stalin alcança Trotsky. Em 20 de agosto de 1940, o agente stalinista Ramón Mercader, após conseguir infiltrar-se na casa-fortaleza de Coyoacan, ataca-o pelas costas em seu escritório, furando o seu cérebro com uma picareta. Na mesa de trabalho de Leon Trotsky, os seus últimos escritos sobre a polícia secreta e os métodos criminosos de Stalin restaram manchados de sangue.

Eduardo Mancuso é assessor de cooperação internacional da Prefeitura de Canoas (RS) e integrou o comitê FSM Grande Porto Alegre.

Organização, participação e políticas para o Brasil

Democracia participativa. Entrevista com professor Leonardo Avritzer, da UFMG.

O professor Leonardo Avritzer, da Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, é certamente o intelectual da Universidade brasileira que, através de um trabalho que percorreu as duas últimas décadas, tornou-se a principal referência para a teorização, análise e pesquisa no campo da democracia participativa. Doutorado na New School for Social Research e pós-doutorado no Massachusetts Institute of Technology (MIT), professor visitante na USP, em Coimbra e na Universidade de Toulaine, dirigiu pesquisas sobre participação em São Paulo (onde assessorou a experiência do Orçamento Participativo e coordenou a formação dos delegados), no Nordeste, em Minas e nos municípios brasileiros que realizaram experiências de orçamento participativo.

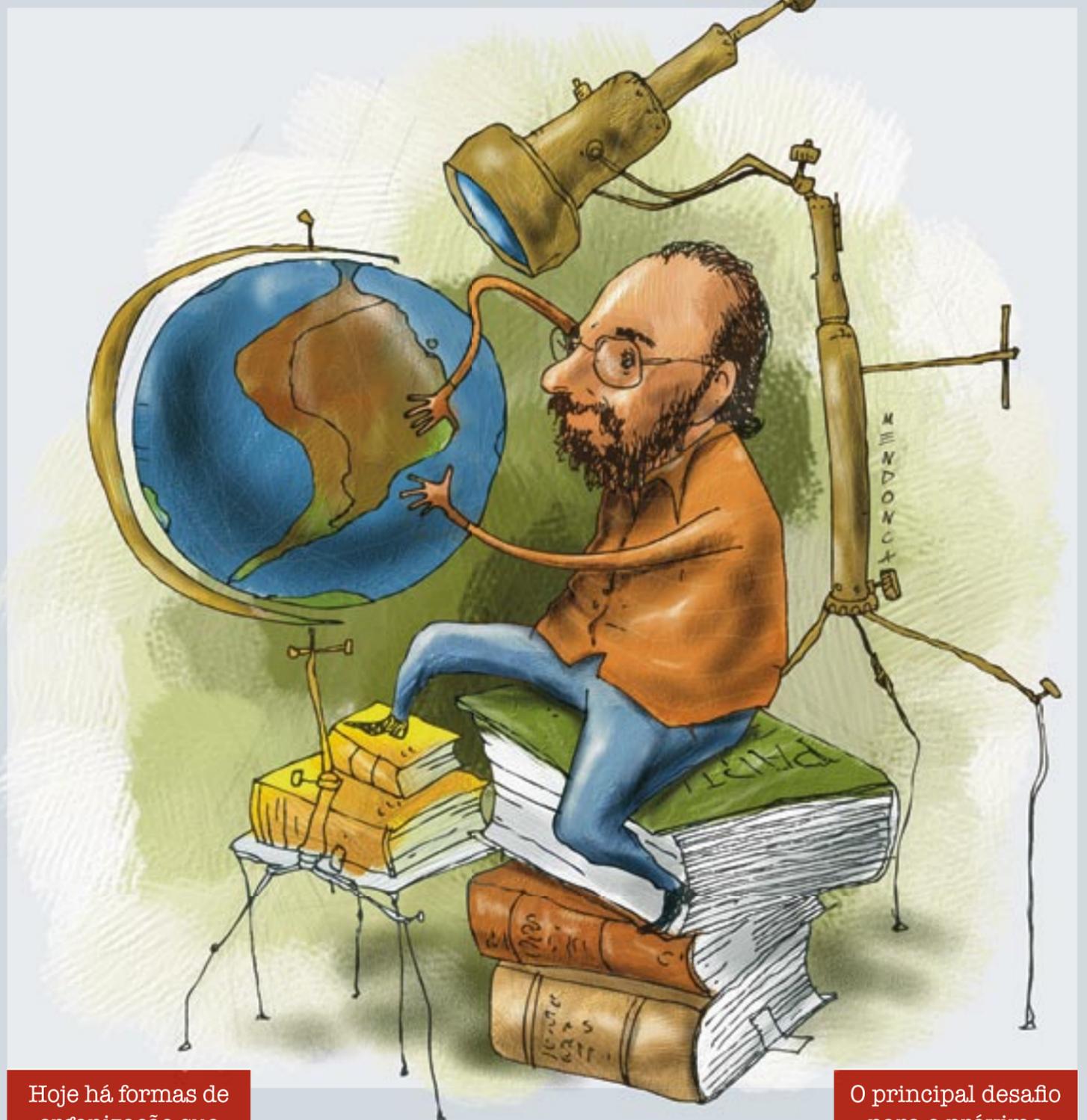
O Prodep (Projeto de Democracia Participativa), centro de pesquisa que coordena, tornou-se uma ponte de diálogo para a América Latina (está criando, junto com o Centro de Estudos Sociais – CES – da Universidade de Coimbra, dirigido pelo professor Boaventura de Souza Santos, o CES da América Latina) e para a Europa (através de cursos de formação em vários países europeus). Também tem sido referência nos Fóruns Sociais Mundiais, além de coordenar, recentemente, um grande curso nacional de formação dos participantes das conferências e conselhos nacionais em convênio com a Secretaria Geral da Presidência da República.

A seguir, ele responde a algumas questões postas para a nossa reflexão.

1- Você centralizou, em um período decisivo, no campo da ciência política brasileira, a polêmica contra as visões elitistas e restritamente institucionalistas da democracia. Que resultados pôde colher após esses anos de intenso e rico trabalho na Universidade para a transformação da democracia brasileira?

Após um conjunto de anos trabalhando o tema da democracia participativa no Brasil, eu tenho a impressão de que há uma mudança na maneira pela qual a participação é vista pela ciência política brasileira. Hoje, há um enorme debate sobre a importância da participação para a democracia. Hoje, há também um importante debate sobre as formas de conexão entre participação e representação.

Na minha opinião, o papel da participação na democracia



Hoje há formas de organização que são alternativas a duas tradições de formação do Brasil: o clientelismo e o personalismo.

brasileira foi fortemente reabilitado. Um conjunto de trabalhos sobre conselhos de políticas, sobre orçamentos participativos e sobre planos diretores municipais serve como subsídio para se pensarem as formas de participação no Brasil. Há todo um novo campo de estudos no qual universidade e sociedade interagem produtivamente.

2- Contrariamente a uma tradição que reproduz ainda o estereótipo de que no Brasil a participação em associações voluntárias é fraca, as pesquisas que você vem dirigindo têm demonstrado uma outra realidade. Como interpretar as mudanças nas experiências participativas em relação às tradições brasileiras de clientelismo e coronelismo? E em que medida

essas mudanças relacionam-se com o esforço para obter distribuição de renda mais justa e políticas públicas universalistas?

O ponto de partida para responder essa questão é de fato perceber que o Brasil foi um país com baixíssima propensão associativa até o início da nossa redemocratização, no final dos anos 70. Até esse período, principalmente a população de baixa renda participava muito pouco das associações de bairro e de outras formas de organização da sociedade civil. Tudo isso muda a partir do início da redemocratização, com o surgimento de movimentos sociais importantes, como o movimento pela reforma urbana, o MST, dentre outros.

Hoje, é possível dizer que há, no Brasil democrático, formas de organização da sociedade civil que são alternativas a duas grandes tradições de formação do Brasil: o clientelismo e o personalismo. No entanto, devemos observar que o clientelismo e o personalismo não desapareceram, mas subsistem

ao largo dessas novas tradições mais horizontais.

3- Que balanço você faz da participação nos governos de Lula? Houve avanços? E quais os principais limites?

Ocorreram avanços importantes no governo federal, especialmente na gestão do governo Lula. Se pensarmos nas conferências nacionais, na organização de conselhos nacionais, temos como observar importantes avanços. Mais de 70 conferências foram organizadas no governo Lula, em áreas mais diversas, desde a pesca até a saúde, passando pelos arranjos produtivos locais. Todas essas formas de participação são importantes formas de interação entre o governo e a sociedade civil, e existem evidências de que elas geraram iniciativas legislativas, tanto por parte do executivo quanto por parte do congresso nacional. A questão, no entanto, é como tornar essas novas formas de participação mais efetivas na determinação de políticas de governo.

O principal desafio para o próximo período é integrar efetivamente a participação à estrutura do governo federal.

4- Quais seriam os principais desafios para avançar a democracia participativa no Brasil no próximo período?

O principal desafio para o próximo período é integrar efetivamente a participação à estrutura do governo federal. O legado do governo Lula é ter tornado a participação no governo federal efetiva. As conferências de fato ocorreram e fazem parte da cena política. O desafio agora é transformar as decisões das conferências em políticas, e articular melhor as formas de participação com a produção legislativa no Congresso Nacional. Só assim a participação no Brasil se articulará com as instâncias de representação, criando um sistema político para além das formas já conhecidas.